

PENSAMENTO ECONÔMICO FEMINISTA SOBRE DESENVOLVIMENTO: breve viagem através do tempo

Rosângela Saldanha Pereira

Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)

Francesc Xavier Rambla

Universitat Autònoma de Barcelona (UAB)

PENSAMENTO ECONÔMICO FEMINISTA SOBRE DESENVOLVIMENTO: breve viagem através do tempo

Resumo: Este artigo revisa os principais enfoques teóricos no estudo do desenvolvimento latino americano desde uma perspectiva da economia feminista, com o objetivo de identificar como a temática das relações de gênero tem sido tratada e quais os instrumentos conceituais para abordar em sua globalidade o papel que a mulher desempenha no desenvolvimento.

Palavras-chave: Gênero, desenvolvimento, economia feminista.

FEMINIST THOUGHT ON ECONOMIC DEVELOPMENT : brief journey through time

Abstract: This article revises the main theoretical approaches in the study of Latin American development from a gender perspective. The author examines how these approaches explain gender relations and which are the suitable conceptual instruments to deal with the role that women play in development.

Keywords: Gender, development, feminist economy.

Recebido em 31.03.2010. Aprovado em 22.04.2010

1 INTRODUÇÃO

É ponto de consenso, que terminamos o século XX com avanços importantes rumo a uma maior igualdade de gênero em muitos âmbitos da sociedade, entretanto, os resultados do desenvolvimento para os homens e para as mulheres continuam sendo desiguais, insuficientes em vários aspectos e, muitas vezes, contraditórios. Por que o desenvolvimento tem afetado de forma distinta os homens e as mulheres? As mulheres são demasiadamente débeis e têm tão pouco poder para beneficiar-se das oportunidades do desenvolvimento? O processo de desenvolvimento está enraizado nas relações desiguais entre homens e mulheres, de modo que é necessário reconsiderar totalmente seus objetivos e estratégias? Os formuladores de políticas discriminam as mulheres devido aos pressupostos errôneos sobre o seu papel na produção e reprodução?

Os modelos de desenvolvimento devem ser compreendidos e desvendados à luz das relações de gênero e do processo globalizador atual, o qual dá forma e reforça as dinâmicas de desigualdade e dependência tanto entre os países pobres e ricos, como entre mulheres e homens.

A categoria gênero é essencial para compreender a dinâmica do desenvolvimento em todas as suas dimensões, já que revela aspectos básicos da organização e distribuição da produção e do trabalho, entendido em sua concepção mais ampla, que inclui tanto o trabalho remunerado como o trabalho doméstico não remunerado. As mulheres dos países pobres ou periféricos são as principais perdedoras, resultado da justaposição de sua posição subordinada no sistema econômico mundial e de sua condição de mulher, no contexto das relações patriarcais (FERNÁNDEZ KELLY, 1991).

Partindo dessas argumentações e questões, o objetivo deste artigo é o de realizar uma breve reflexão sobre as contribuições e enfoques teóricos da economia feminista^a sobre a temática do desenvolvimento latino-americano. Para tanto, vamos destacar, inicialmente, as principais abordagens teóricas sobre o tema; em seguida, tratamos de apresentar as aportações da economia feminista em seu contexto histórico e analisá-las em relação ao discurso dominante sobre desenvolvimento econômico.

Cabe destacar que o pensamento econômico feminista sobre desenvolvimento é marcadamente interdisciplinar, tem sido construído como resposta e como protesto aos discursos economicistas de desenvolvimento, visando assinalar os impactos negativos sobre as mulheres das políticas econômicas aplicadas nos países periféricos e como estas políticas deveriam ser alteradas para evitar o viés masculino (PEARSON, 2003).

2 EMERGÊNCIA DO GÊNERO² NAS TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO

Os enfoques sobre desenvolvimento diferem entre si, principalmente, em relação ao caráter exógeno ou endógeno dos fatores de desenvolvimento e, com base neste critério, podem ser agrupados em torno de dois grandes enfoques: o da modernização e o da dependência.

O enfoque da modernização³ surge nas décadas de 1950 e 1960, é derivado da economia clássica e da sociologia funcionalista, cuja tese central é a de que a desigual distribuição da riqueza no mundo pode ser explicada em função dos distintos níveis de desenvolvimento tecnológico entre os países. Nesta perspectiva, o crescimento econômico decorre dos processos de industrialização e urbanização, de modo que as economias de subsistência (setores tradicionais) devem transformar-se em “setores capitalistas modernos”, até chegar a convergir com o modelo ocidental de desenvolvimento.

Este processo resulta em liberação da mão de obra ocupada na agricultura, que é absorvida pelo setor industrial e de serviços, em crescente demanda por força de trabalho especializada e uma maior divisão do trabalho⁴. A migração de mão de obra do campo para as cidades é o principal mecanismo que permite o crescimento e o desenvolvimento. Esta tese tem sido questionada ao constatar-se forte concentração de excedente de mão de obra nas cidades, que tem resultado em núcleos urbanos de extrema pobreza e sobrevivendo do setor informal (WOOD, 1992).

Os teóricos da modernização enfatizaram a necessidade de transferência de padrões culturais, políticos e econômicos dos países industrializados para os países subdesenvolvidos, com a expectativa de que tal transferência geraria riqueza e prosperidade para estes últimos. Ademais, atribuem as causas da desigualdade mundial a fatores endógenos, “culpabilizando” os países pobres de sua situação, e clamam aos países ricos a desempenhar um papel fundamental no processo de desenvolvimento mundial⁵.

A partir de meados da década de 70, os postulados da modernização passam a ser questionados pelos teóricos estruturalistas e neomarxistas. Teóricos como Gunder Frank (1991), Cardoso e Faletto (1969) denunciam a falácia que sustenta a tese de que os países pobres sempre o foram, e devem «imitar» o Ocidente para alcançar o desenvolvimento. Estes autores, conhecidos como teóricos da dependência, argumentam que muitas sociedades antes prósperas, são agora subdesenvolvidas como resultado da intervenção dos interesses imperialistas em sua economia. Os países ricos, longe de ajudar a resolver o problema das desigualdades em escala mundial, o que fazem é reproduzi-las; posto que o imperialismo reforça a dualidade existente entre sociedades ricas

e pobres. Assim, a desigualdade no mundo deve-se a pautas históricas de exploração dos países pobres pelos países ricos.

Em contraste com a teoria da modernização, os teóricos da dependência superam o enfoque etnocêntrico que equipara «desenvolvimento» a “ocidentalização” e deslocam a atenção das características internas da economia nacional para as relações estruturais de exploração, historicamente determinadas, em um contexto mundial em transformação (WOOD, 1992).

As estruturas econômicas e sociais tradicionais, longe de serem um obstáculo para o desenvolvimento, tal como propunham os teóricos da modernização, transformam-se em estruturas «subdesenvolvidas» uma vez que entram em contato com o sistema econômico capitalista. O próprio subdesenvolvimento não é consequência do isolamento das sociedades com respeito à expansão do capitalismo, e sim o resultado de sua incorporação nele. Portanto, existe uma contradição interna essencial dentro do capitalismo entre países exploradores e países explorados; de maneira que o atraso de certas áreas do mundo é o efeito e condição do desenvolvimento em outras partes do mundo.

A tese implícita no paradigma da modernização é a de que o desenvolvimento é processo neutro com respeito à condição de mulheres e homens. Hernández (1999), estudando as políticas de desenvolvimento das décadas de 50 e 60 na América Latina, conclui que estas políticas não são neutras, reforçam a dominação masculina e reproduzem a divisão entre espaço «masculino» e «feminino», ao contrapor os processos de urbanização e industrialização, dominados pelos homens, com a vida rural e o espaço doméstico, considerados espaços próprios das mulheres. Este antagonismo é o responsável pela invisibilidade do papel da mulher, já que ela é vinculada ao lar e, por conseguinte, aos valores tradicionais e conservadores da família e da comunidade. Mas, contrariamente ao que sustenta os pressupostos deste enfoque, a coexistência de dois modos de produção — o de subsistência e o capitalista — não se produz como setores separados e independentes; mas o setor capitalista depende do modo de subsistência para sua perpetuação e, neste último, o papel das mulheres é essencial (BENERÍA, 1981; ÉLSON, 1995).

Sob o referencial da teoria da modernização, surge o pioneiro enfoque do bem-estar nos anos cinquenta e sessenta, e que segue ainda hoje vigente em alguns debates. Este enfoque reproduz a divisão sexual do trabalho do modelo de industrialização ocidental, que atribui ao homem o papel na esfera produtiva, fomentando a sua capacidade produtiva, e relegando à mulher o seu papel de dona de casa, ajudando a satisfazer as necessidades das famílias⁶ (HERNÁNDEZ, 1999).

Durante este período, os programas de desenvolvimento identificam acriticamente à mulher no seu rol reprodutivo e a transforma em beneficiária passiva dos programas assistenciais na qualidade de mães/esposas, considerando que estas ações são fundamentais não só para a mulher, mas basicamente para o desenvolvimento econômico do conjunto da sociedade. Neste sentido, Zabala (1999) e Massolo (1999) informam que o enfoque do bem-estar assume que a mulher é receptora passiva do desenvolvimento, sem autonomia e direitos, e que seu rol principal situa-se na esfera reprodutiva.

É somente a partir dos anos 70, que a cegueira em relação ao papel ativo da mulher é superada, pelo menos em parte, com as análises de Boserup (1970), a qual demonstra que os planejadores do desenvolvimento sempre atuaram sob pressupostos estereotipados sobre as mulheres: a subestimação de seu papel produtivo e a equiparação do trabalho das mulheres às tarefas de reprodução e cuidados. Boserup argumenta que os processos de desenvolvimento vêm sistematicamente marginalizando a mulher, com base na divisão sexual do trabalho. Analisando o processo de industrialização nos países do terceiro mundo, conclui que o desenvolvimento da grande indústria provocou a perda de trabalho das mulheres, já que os produtos artesanais que elas fabricavam no seio da produção familiar são substituídos por produtos de fábrica que foram produzidos por uma mão de obra predominantemente masculina.

Boserup (1970) conclui que a modernização, ao reduzir a participação da mulher nas atividades econômicas, teve um efeito prejudicial para a mulher das zonas rurais dos países periféricos. A tese de Boserup sustenta-se na convicção de que as desigualdades sociais de caráter sexual são o resultado da expulsão da mulher do sistema produtivo, como consequência das imperfeições do processo de modernização, responsáveis por distorcer os padrões tradicionais de reciprocidade entre homens e mulheres (FERNÁNDEZ-KELLY, 1991).

Portanto, a produção do conhecimento acadêmico sobre gênero e desenvolvimento evoluiu independentemente do fato das diferentes teorias do desenvolvimento serem “cegas” em relação ao gênero (ÉLSON, 1999; FERNÁNDEZ-KELLY, 1991; PORTES, 1991).

3 ENFOQUE TEÓRICO MULHER NO DESENVOLVIMENTO (MED)⁷: período 1970-1985

O MED é o marco do feminismo liberal com uma visão internacional, e o seu surgimento, nos primórdios da década de 70, é explicado por vários fatores, dentre os quais destacam-se : o fracasso da primeira década de desenvolvimento das

Nações Unidas, que põe em xeque o modelo de desenvolvimento dos anos 50 e 60; a pressão dos estudos que demonstram os efeitos negativos da modernização sobre as mulheres do terceiro mundo; o fortalecimento dos movimentos sociais contra o colonialismo, o racismo e a favor dos direitos das mulheres (KUCERA, 2001).

A base teórica do enfoque MED foi o livro de Esther Boserup (1970), *El rol de La mujer en el desarrollo econômico*, que descortina os efeitos do desenvolvimento (ou modernização) nas mulheres do terceiro mundo. Desde uma visão dual da sociedade, Boserup sustenta a tese de que a mulher formava parte do setor arcaico e atrasado das sociedades periféricas e que, portanto, permanecia marginal ao desenvolvimento.

O objetivo inicial do MED era alcançar a visibilidade da mulher como categoria nas investigações e nas políticas de desenvolvimento, com o fim de eliminar sua marginalização nos processos de desenvolvimento. Pela primeira vez, afirmava-se que a posição subordinada da mulher é um obstáculo para o desenvolvimento, ainda que esta corrente não questione os postulados do enfoque da modernização. (AFSHAR, 1999; LUNA, 1999).

As proposições e análises do enfoque MED foram evoluindo com o tempo, e podemos identificar 3 correntes analíticas, conforme informa Ajamil (1999). Na primeira, conhecida como enfoque do bem-estar, a mulher é considerada como receptora passiva do desenvolvimento e a maternidade é o rol mais importante da mulher na sociedade. Daí, decorre, que a tônica central das políticas de bem-estar seja a de satisfazer as necessidades de gênero vinculadas com o papel reprodutivo da mulher, sem favorecer simultaneamente sua independência (MOSER, 1993).

Contrapondo-se a esse enfoque, temos o enfoque antipobreza, que enfatiza a independência econômica das mulheres como condição necessária para a redução da desigualdade entre homens e mulheres. Zabala (1999) destaca que o interesse volta-se para a esfera produtiva, deixando-se de lado tanto o trabalho reprodutivo como as relações entre ambas esferas. Nesta perspectiva, as estratégias de desenvolvimento são orientadas para projetos de geração de emprego e renda para mulheres. Para Schmukler (1998) esta estratégia tem resultado em projetos de pequena escala, com baixa produtividade, assentados na lógica do setor informal e em atividades que reforçam o papel tradicional feminino. Na década de 80, com a crise econômica mundial e as políticas de ajuste estrutural, surge uma nova tendência, o enfoque da eficiência, que tem como objeto central o trabalho reprodutivo das mulheres e a importância do trabalho gratuito que realizam para o desenvolvimento da sociedade.

3.1 Crítica ao enfoque MED

As críticas ao enfoque liberal feminista dos anos setenta são oriundas, principalmente, da corrente feminista marxista ou socialista, e podem ser agrupadas em dois blocos: o primeiro, concentra-se na análise do desenvolvimento existente e o papel das mulheres; o segundo, centra-se na questão da caracterização da subordinação feminina e sua relação com outras opressões.

A premissa básica do MED de que “o desenvolvimento tem marginalizado as mulheres e é necessário integrá-las a ele” é falsa segundo a posição crítica. As mulheres estão integradas no processo de desenvolvimento, porém, é a forma de integração a que deve ser questionada e investigada (PARELLA, 2003).

Outro ponto de crítica refere-se ao fato do feminismo econômico liberal não questionar o modelo dominante de desenvolvimento, que é considerado pelas liberais como sendo “bom” desde que incorpore a mulher. O MED não discute se a dinâmica de acumulação capitalista permite o desenvolvimento; muito menos, considera se é desejável perseguir o modelo de desenvolvimento ocidental, que tem criado pobreza, desemprego, racismo, no primeiro mundo. Benería e Sen (1983) argumentam que o papel da mulher no desenvolvimento tem que ser estudado a partir da conexão existente entre as desigualdades de gênero e de classe, já que são as mulheres pobres as mais oprimidas pelo capitalismo. Ressaltam, também, a integração subordinada das mulheres aos processos de acumulação capitalista, assinalando que as mulheres do Terceiro Mundo estão bem integradas, porém nos estratos inferiores de uma estrutura hierárquica, onde seu papel e seu lugar no sistema estão em grande medida condicionados por seu papel na esfera reprodutiva.

O enfoque MED ao definir os problemas das mulheres em termos das necessidades básicas das famílias, e não tanto com base na subordinação que elas experimentam na esfera reprodutiva, resultam em programas de desenvolvimento que priorizam a produção das mulheres pobres no âmbito doméstico e nos ofícios tradicionalmente femininos —como a costura—. Este tipo de programa serve para reforçar o caráter secundário da mulher na esfera produtiva, assim como para estimular o trabalho gratuito das mulheres e reafirmar sua posição na esfera reprodutiva. Ante este panorama, é improvável que ocorra mudança das relações de poder entre homens e mulheres (AFSHAR, 1999; MASSOLO, 1999).

Ademais, ao estimular o trabalho comunitário e de baixa produtividade, este enfoque contribui para aumentar a carga de trabalho total das mulheres, sem, contudo, representar maior renda e acesso ao poder econômico. Diante dessa realidade, afirma-se na literatura que o enfoque MED tende a estimular as mulheres trabalharem para o desenvolvimento, em

vez de oportunizar que o desenvolvimento trabalhe para elas⁸ (ZABALA, 1999).

Outra limitação é a não articulação deste enfoque com uma leitura crítica do sistema de produção e dos padrões de segregação sexual no mercado de trabalho. A experiência das sociedades ocidentais demonstra que a elevação dos níveis de escolaridade, a disponibilidade de tecnologias reprodutivas e a incorporação das mulheres ao trabalho assalariado, não eliminaram a segregação ocupacional, as desigualdades salariais entre homens e mulheres e nem a desigual divisão do trabalho reprodutivo (MEULDERS, 2000; WALBY, 2000). Para Maruani et.al.(2000) as mulheres estão sendo, na atualidade, «testemunhas privilegiadas» da degradação das condições de emprego e de trabalho; o que evidencia que a desigualdade homem/mulher não desaparece, mas desloca-se para «novas fronteiras». Por conseguinte, a ênfase nos efeitos dos programas de desenvolvimento sobre a mulher pouco contribuem, se não se parte das relações de poder subjacentes que definem a condição da mulher e do homem na sociedade (PNUD, 1995; ZABALA, 1999). Segundo Parella (2003) esta constatação permite superar tanto o enfoque funcionalista da modernização, como o enfoque da dependência⁹, que focaliza sua atenção na dimensão de classe social. Isto porque,

“de poco sirve poner el énfasis en las contradicciones de clase y en la necesidad de incrementar la participación de la mujer en el área no doméstica de la producción, sin fundamentar el análisis en las relaciones de patriarcado que subyacen con independencia del modo de producción capitalista” (PARELLA, 2003, p.40).

4 A PERSPECTIVA DE GÊNERO E DESENVOLVIMENTO (GED): 1985 até final do século XX.

É em 1985, com a terceira Conferência Mundial da Mulher, onde as mulheres dos países em desenvolvimento questionam as estratégias de desenvolvimento, evidenciam a necessidade de promover um paradigma alternativo, onde os problemas das mulheres não sejam considerados como um problema isolado de um grupo social, e sim como resultado e responsabilidade do funcionamento do sistema de gênero, que impõe às mulheres papéis de subordinação e marginalização na sociedade. Não se trata de adaptar a forma de vida das mulheres ao modelo de desenvolvimento existente, e sim, desenvolver um novo paradigma que contemple a realidade de um sistema desigual que não permite a geração espontânea de autonomia para as mulheres. Assim, no marco da cooperação para o desenvolvimento das Nações Unidas surge o enfoque denominado Gênero e Desenvolvimento (GED).

A proposta GED defende a tomada de consciência por parte das mulheres de sua condição de subordinação e a necessidade de sua mobilização e organização autônoma para decidir sobre suas vidas e sobre o desenvolvimento que desejam, assim como para a identificação de seus interesses práticos e estratégicos (LUNA, 1999). O enfoque GED muda o foco de «mulher» para «gênero»; de maneira que em lugar de visualizar às mulheres como um grupo homogêneo, com base nas suas diferenças biológicas com os homens, se enfatiza a construção social do gênero, em inter-relação com outras categorias sociais como a classe social e a etnia ou raça (MASSOLO, 1999).

Diferentemente do enfoque MED, já que o gênero é um conceito relacional, a responsabilidade da mudança não só concerne às mulheres, mas desloca-se para homens e mulheres em todos os níveis do processo de desenvolvimento (LUNA, 1999; MASSOLO, 1999). Os objetivos deste enfoque são desafiar a ideologia patriarcal; transformar as instituições que reforçam e perpetuam a discriminação social e as desigualdades de gênero, assim como permitir às mulheres o acesso aos recursos materiais e à informação (AFSHAR, 1999).

As ferramentas fundamentais do enfoque GED são o empoderamento e *mainstreaming*¹⁰ de gênero (traduzido como a transversalidade de gênero), sustentados pela Plataforma de Ação IV Conferência Mundial das Mulheres, realizada na China em 1995, como estratégias básicas para alcançar a igualdade de gênero.

A igualdade de gênero supõe que os diferentes comportamentos, aspirações e necessidades de mulheres e homens sejam considerados, valorizados e promovidos de igual maneira. Não significa que mulheres e homens devam se converter em iguais; implica a ideia de que todos os seres humanos, homens e mulheres são livres para desenvolver suas capacidades pessoais e para tomar decisões. O meio para alcançar a igualdade é a equidade de gênero, entendida como a justiça no tratamento a mulheres e homens de acordo com suas respectivas necessidades. A equidade de gênero implica a possibilidade de tratamentos diferenciados para corrigir desigualdades de partida, medidas não necessariamente iguais, porém conducentes à igualdade em termos de direitos, benefícios, obrigações e oportunidades.

O empoderamento se relaciona primeiro, e antes de tudo, com o poder entendido em termos de relação social; coloca em foco o processo de aquisição de poder e não tanto o grau em que o poder é exercido. Considera a importância das mulheres aumentarem seu poder tanto em termos de dominação sobre os outros (poder sobre) como também em termos da capacidade das mulheres de incrementar sua própria autoconfiança na vida e influir na direção de mudança, mediante a habilidade de ganhar o controle dos recursos (físicos, humanos, intelectuais, financeiros

e de seu próprio ser) e o controle sobre a ideologia (crenças, valores e atitudes) (AFSHAR, 1999; FULLER, 1999; LUNA, 1999; MASSOLO, 1999).

O *mainstreaming* de gênero foi assumido explicitamente na Conferência de Beijing como um dos principais meios para o alcance da equidade de gênero, e se refere a um enfoque transformador, que, baseado nos pressupostos teóricos do feminismo crítico e nos avanços das pesquisas sobre gênero, permite identificar as múltiplas dimensões do sistema de gênero que geram desigualdade. Para isto, utiliza-se de várias ferramentas e estratégias, envolvendo o Estado, as suas diferentes agências e outros atores.

Ainda que não haja um consenso sobre o significado do termo *mainstreaming de gênero*, o Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC) o define como o

“proceso de valoración de las implicaciones de hombres y mujeres en cualquier acción planeada, incluyendo la legislación, políticas y programas en todas las áreas y niveles. Es una estrategia para hacer de las preocupaciones y experiencias tanto de mujeres como de varones, una dimensión integral del diseño de políticas y programas en todas las esferas, política, económica y social, de modo que ambos géneros se beneficien igualitariamente. El objetivo es alcanzar la equidad de género”.

Nesse contexto, o *mainstreaming* é um processo político e técnico, que tem como objetivo que todas as atividades das instituições, tanto de caráter público como privado, contribuam para diminuir as brechas do desenvolvimento humano que persistem entre homens e mulheres.

Cabe destacar alguns dos requisitos ou condições mais favoráveis para o alcance do *gender mainstreaming*. Em primeiro lugar, é necessário um compromisso institucional explícito com a estratégia e com os esforços que sua implementação requer. Em segundo lugar, é necessário ressaltar que a estratégia do *mainstreaming* não anula a necessidade de ações específicas em favor das mulheres – as políticas de igualdade são criadas por um mecanismo de igualdade para atender um problema específico resultante da desigualdade entre os gêneros. A execução do *mainstreaming* parte de uma política já existente que deve ser reformulada por seus habituais gestores para incorporar um enfoque de gênero que promova a equidade entre mulheres e homens. De fato, o *mainstreaming* se constrói sobre o conhecimento e sobre as lições apreendidas de experiências anteriores de políticas de igualdade. Ambas perseguem o mesmo objetivo e formam, portanto, uma estratégia dupla e complementar. Em terceiro lugar, é pertinente que exista clareza e acordo, por parte de todos os atores implicados, sobre o que significa a estratégia de *mainstreaming*. A existência de unidades ou pessoas com formação

especializada para promover a equidade de gênero é fundamental para maximizar os esforços e servir de estímulo e impulso em outras áreas.

As estratégias do GED estão tendo um forte eco dentro do enfoque de desenvolvimento alternativo impulsionado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)¹¹ ao longo da década dos noventa. Seu principal objetivo é aumentar as oportunidades e capacidades dos indivíduos como fim último do desenvolvimento e transformar as relações de gênero, de modo que sejam mais equitativas e justas para as mulheres (PNUD, 1995; ZABALA, 1999). Este novo enfoque constitui o desafio atual das políticas de desenvolvimento (AJAMIL, 1999).

5 GÊNERO E DESENVOLVIMENTO: o debate atual

O período atual é marcado por duas grandes linhas de inquietudes na literatura da economia feminista. Por um lado, as relações entre as políticas macroeconômicas e a subordinação de gênero. Os estudos destas relações analisam como estas políticas econômicas afetam a situação feminina e também como as relações de subordinação de gênero influenciam a efetividade das políticas de ajuste. Outra linha de estudos tem a ver com a análise de gênero na teoria sobre o desenvolvimento humano.

5.1 Gênero, macroeconomia e ajuste estrutural

Conforme já mostrado na seção anterior, a partir de meados da década de 80 se introduzem propostas teóricas mais elaboradas, que identificam o impacto diferencial dos programas de desenvolvimento sobre os homens e as mulheres. Se por um lado, constata-se que os programas de desenvolvimento incidem positivamente sobre as necessidades das mulheres (moradia, saúde, educação, alimentação, etc.), por outro, registra-se que estes programas pouco alteram as desigualdades de gênero (divisão sexual do trabalho, acesso à terra e ao crédito, igualdade política, superação da violência de gênero, decisão livre da maternidade, alívio das cargas domésticas, etc.). Para Luna (1999, p.70), a tão alardeada «integração no desenvolvimento» que defende o enfoque MED transformou-se em uma «integração na exploração»; por isso já não lhes preocupa tanto a exclusão das mulheres do processo de desenvolvimento, como as relações desiguais de poder —classe e gênero— que freiam um desenvolvimento igualitário (AFSHAR, 1999, p. 75)¹².

Em um primeiro momento os estudos analisam as implicações negativas das políticas de ajuste estrutural¹³ sobre os distintos trabalhos que realizam as mulheres: o trabalho produtivo, o trabalho reprodutivo e o trabalho comunitário. As políticas

de ajuste têm levado a um aumento do trabalho remunerado das mulheres, tanto pelas novas oportunidades de emprego geradas pelo setor exportador, como pelo aumento do setor informal. Portanto, as mulheres estão mais presentes no mercado de trabalho, porém em situação bastante precária.

Os estudos feministas evidenciam teórica e empiricamente que os programas de ajuste macroeconômico afetam mais intensamente as mulheres e modificam as relações entre as esferas produtivas e reprodutivas, transferindo para as famílias maior responsabilidade pela sobrevivência familiar. Há, portanto, uma forte transferência de custos do mercado para a família, fundamentalmente apoiada no trabalho gratuito das mulheres, que permite a sobrevivência da família com menos renda.

As dimensões de gênero inerentes aos custos dos processos de ajustes macroeconômicos variam desde a intensificação do trabalho doméstico, do aumento do desemprego entre as mulheres, à retirada de crianças (especialmente meninas) da escola a fim de aumentar o tempo livre necessário para obter ou gerar serviços básicos. Çagatay (2001) destaca que mesmo que a renda familiar seja restaurada quando a economia entra em um período de recuperação macroeconômica, as perdas educacionais sofridas não serão facilmente reparadas, e se traduzirão em desigualdades de gênero permanentes. As crises e as medidas de ajuste estrutural, podem, também, levar a um crescimento da violência social e doméstica, uma vez que algumas dimensões das ideologias de masculinidade, tais como a noção do homem como provedor, são desafiadas. Isso pode resultar em mais violência contra as mulheres, visto que os homens tentam recuperar seu senso de poder e ação.

As feministas destacam a importância da consideração das implicações das relações de gênero nas análises macroeconômicas e opções de políticas, ressaltando que o viés masculino no acesso ou na participação dos mercados resulta em maior pobreza e menor mobilidade feminina, em maiores dificuldades de acesso ao crédito, em menores salários, provocando uma situação na qual as mulheres trabalhadoras subsidiam os demais fatores produtivos (PALMER, 1996).

5.2 Gênero e desenvolvimento humano

As feministas adeptas do enfoque GED alertam para as suas diferenças entre o desenvolvimento dos recursos humanos e o desenvolvimento humano. O traço distintivo do desenvolvimento humano é a consideração de que os seres humanos são ao mesmo tempo os meios e os fins do desenvolvimento e que este deve potencializar todas as suas capacidades e não apenas as produtivas¹⁴. Já o

desenvolvimento dos recursos humanos, presentes nas formulações do Banco Mundial, prioriza os investimentos em educação, saúde e nutrição e trata as pessoas como meios e não como fim do processo de desenvolvimento.

A preocupação das economistas feministas partidárias do desenvolvimento humano é como transformar as relações de gênero de tal modo que sejam mais equitativas e justas para as mulheres. Para isso é requerido um melhor conhecimento de como funcionam as relações sociais, desde os aportes do institucionalismo (KABEER, 1994; NUSSBAUM, 2001; SEN E GROWN, 1987).

Na perspectiva institucionalista, as relações de gênero são um aspecto das relações sociais e se constituem a partir de regras, normas e práticas, através das quais são alocados os recursos, são distribuídas as tarefas, responsabilidades, e o poder que cada qual pode mobilizar a seu favor. Estas relações são produtos das formas em que se organizam e reproduzem as instituições ao longo do tempo. Esta análise permite considerar a importância das percepções de cada pessoa em relação ao valor de seu papel social e o que isto repercute em sua capacidade de negociação, de mobilização de recursos, etc.

As instituições são, por outra parte, aquelas organizações sociais através das quais aplicam-se as regras do jogo e, entre elas, são fundamentais o estado, o mercado, a comunidade e a família ou os laços de parentesco. Quando nestas organizações se observam desigualdades de diversos matizes, estas são explicadas em termos de diferenças naturais, culturais, tradicionais, religiosas. O poder, dentre estas instituições, será exercido por aqueles capazes de mobilizar recursos de distintos tipos e de distintos lugares a seu favor, desde o âmbito pessoal da família até o mais impessoal do mercado ou do estado. Tudo isto faz com que as relações de gênero se constituam em relações de poder e que as obrigações ou responsabilidades femininas não tenham uma contrapartida de recursos para levá-las adiante.

Esse debate doutrinário tem seu reflexo, também, na agenda do desenvolvimento. A partir de meados da década de 90, em consonância com o paradigma de desenvolvimento humano, elaborado pelas Nações Unidas, a igualdade de gênero passou a ser considerada uma premissa chave do novo enfoque de desenvolvimento. O Informe sobre Desenvolvimento Humano, de 1995, assinala que “sólo es posible hablar de verdadero desarrollo cuando todos los seres humanos, mujeres y hombres, tienen la posibilidad de disfrutar de los mismos derechos y opciones”, e, introduz dois novos índices: o índice de Desenvolvimento Relativo ao Gênero (IDG), baseado nas desigualdades de gênero em relação a esperança de vida, renda do trabalho, analfabetismo e matrícula no ensino obrigatório, e o Índice de

Potenciação (empoderamento) de Gênero (IPG), que busca avaliar o poder político e econômico comparado de homens e mulheres.

De modo a ilustrar a importância do IDG na avaliação do grau de desenvolvimento, o quadro I, apresenta a classificação do país segundo o IDH e a variação de sua posição quando considerado o IDG correspondente. Na Espanha, Noruega e Austrália, por exemplo, a classificação segundo o IDH não foi alterada pela inclusão do índice relativo ao gênero. Em contrapartida, a classificação do Japão avançou dois pontos e a da Arábia Saudita em 7, enquanto que o resto dos países pioraram a sua classificação quando considerado o IDG.

País	Posição segundo IDH	Posição segundo IDG
Noruega	1	1
Austrália	2	2
Estados Unidos	4	6
Japão	11	9
França	10	13
Espanha	21	21
México	49	51
Arábia Saudita	75	68
Brasil	64	69
Marrocos	101	112
Índia	105	115
Senegal	130	145

Quadro 1- Posição no ranking segundo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e o Índice de Desenvolvimento relativo ao Gênero (IDG), de países selecionados, 1999.

Fonte: PNUD, Informe sobre Desarrollo Humano 2001, Tabela 21, p. 210-213.

Benería (2005) destaca que, a semelhança do que ocorre com o IDH, o IDG e o IPG não captam aspectos importantes da desigualdade de homens e mulheres, e são procedimentos imperfeitos para medir em que grau melhora a vida das mulheres com o desenvolvimento, não obstante, isto não anula a “la importancia de diseñar medidas cuantitativas que se puedan aplicar para el análisis comparativo entre países. Disponer de indicadores, aunque, sean imperfectos, es mejor que no tenerlos...y, además, representan un esfuerzo pionero que se puede perfeccionar” (BENERIA, 2005, p.31).

Uma concepção do desenvolvimento baseada na ideia “de en qué consiste una vida a la altura de la dignidad del ser humano [...] para todas y cada una de las personas” (NUSSBAUM, 2001, p.4-5) está em grande sintonia com os objetivos básicos da

economia feminista, que tem insistido na importância de construir indicadores vinculados à provisão do bem-estar humano, em contraste com o modelo convencional de desenvolvimento que privilegia o crescimento econômico e a acumulação.

É inegável o avanço teórico, metodológico e as contribuições da economia feminista para o desenvolvimento humano, entretanto, destaca Benería, é preciso refletir até que ponto este processo de produção do conhecimento na área tem modificado de algum modo o pensamento e a prática do desenvolvimento e, em particular, se têm ocorrido transformações estruturais para o coletivo das mulheres. É consenso de que temos progresso em muitos âmbitos, temos deixado de ver as mulheres como vítimas para considerá-las como essenciais na busca de soluções para os problemas da sociedade contemporânea. Entretanto, conforme alerta Montecinos (2001), o perigo reside em que com o aumento continuado das mulheres no mercado de trabalho e na vida pública, boa parte do impulso inicial do movimento de mulheres e de seus objetivos possam dissipar-se na obtenção de metas individuais para um número limitado de beneficiárias, em lugar de um progresso coletivo para todas as mulheres e suas famílias.

6 CONCLUSÃO

A sociedade industrial baseou-se desde suas origens em uma mercantilização incompleta da capacidade humana de trabalho. Tal como manifesta Carrasco (1989, 1991), o sistema econômico necessita de uma produção doméstica que seja assumida pela família — eufemismo de mulher—, que reduza enormemente o custo de boa parte do processo de reprodução social, tanto para o capital como para o Estado. Nesta perspectiva, qualquer enfoque sobre desenvolvimento que se pretenda global, deve partir de uma concepção do sistema social integrado por uma esfera produtiva e uma esfera reprodutiva que coexistem e se influem mutuamente em um mesmo nível hierárquico.

Para compreender a situação de homens e mulheres na esfera produtiva, é necessário conhecer qual é sua relação com a esfera reprodutiva, mesmo que seja em termos de ausência, como no caso dos homens. Mas a participação das mulheres no desenvolvimento não se limita à assunção das tarefas reprodutivas, cujo volume cresce sem cessar como consequência do impacto da globalização econômica nas economias periféricas ou em desenvolvimento.

O patriarcado é inerente às necessidades do capitalismo, de modo que este último se serve da subordinação das mulheres em benefício do capital, tanto na produção doméstica como na produção capitalista (FERNÁNDEZ-KELLY, 1991). Por um lado, o trabalho doméstico permite a reprodução da mercadoria força de trabalho e, em consequência,

possibilita que os salários sejam mais baixos que se fora mister adquirir todos os bens e serviços no mercado. Por outro, a existência de um contingente de mulheres relegadas ao trabalho doméstico e de cujas estratégias depende cada vez mais a sobrevivência das famílias nos países em desenvolvimento, oferece a vantagem adicional de dispor de mão de obra barata, flexível e pouco conflitiva, suscetível de ser retirada ou incorporada ao mercado de trabalho segundo as necessidades de produção (RIBAS, 2001; SASSEN, 2000).

Desde a década de 70 que a economia feminista vem discutindo as teorias e políticas em relação ao desenvolvimento. Especialmente, a partir dos anos 90, as contribuições que se realizam desde o feminismo estão mais matizadas, integram aspectos interdisciplinares, estão menos ideológicas e para a necessidade de combinar dois tipos de políticas e ações orientadas para o desenvolvimento humano sustentável. De um lado é necessário avançar na transformação das relações de gênero mediante políticas de equidade. Este tipo de ação tem uma ampla gama de possibilidades – desde políticas educativas até muitas opções de transformação cultural, políticas de identidade e construção de gênero. Por outro, são necessárias mudanças estruturais e de caráter progressista capazes de promover modelos de desenvolvimento nos quais possam ser incorporados as dimensões de gênero. Estes dois tipos de mudanças não são mutuamente excludentes e estão inter-relacionadas.

REFERÊNCIAS

- AFSHAR, H. Mujeres y desarrollo: una introducción. In: VILLOTA, P. (Ed.), **Globalización y género**. Madrid: Síntesis, 1999.
- AJAMIL, M. Enfoques y estrategias sobre género y desarrollo. In: VILLOTA, P. (Ed.), **Globalización y género**. Madrid: Síntesis, 1999.
- BENERÍA, L. Reproducción, producción y división sexual del trabajo. **Mientras Tanto**, n. 6, p. 47-83, 1981.
- _____. Introducción: la mujer y el género en la economía: un panorama general. In: VILLOTA, P. (Ed.). **Economía y género: macroeconomía, política fiscal y liberalización**. Análisis de su impacto sobre las mujeres. Barcelona: Icaria Editorial, 2003.
- _____. **Género, desarrollo y globalización: por una ciencia económica para todas las personas**. Barcelona: Hacer Editorial, 2005.
- BENERÍA, L.; SEN, G. Accumulation, reproduction and women's role in economic development: boserup revisited *signs Journal of Women in Culture and Society*, Winter, v. 7, n. 2, p. 279-298, 1981.
- _____. Desigualdades de clase y de género y el rol de la mujer en el desarrollo económico: implicaciones teóricas y prácticas. **Mientras Tanto**, n. 15, p. 91-111, 1983.
- BOSERUP, E. **Women's role in economic development**. New York: St Martin's Press, 1970.
- ÇAGATAY, N. **Trade, gender and poverty**. New York: UNDP, 2001.
- ÇAGATAY, N.; ÉLSON, D.; GOWN, C. Introduction special issue on gender, adjustment and macroeconomics. **World Development**, v. 23, n.11, p. 1827-1938, 1996.
- CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. **Dependencia y desarrollo en América Latina**. México: Siglo Veintiuno, 1969.
- CARRASCO, C. La valoración del trabajo doméstico: un enfoque reproductivo. In: CAILLAVET, F. (Coord.). **Economía del trabajo femenino, sector mercantil y no mercantil**. Madrid: IMU, 1989.
- _____. **El trabajo doméstico y la reproducción social**. Madrid: IMU, 1991.
- ÉLSON, D. Gender-aware analysis and development economics. **Journal of International Development**, v. 23, n.11, p. 1851-68, 1995.
- _____. Theories of development. In: PETERSON, J. ; LEWIS, M. (Comp.). **The elgar companion to feminist economics**. Cheltenham: Edward Elgar p. 95-107, 1999.
- FERNÁNDEZ- KELLY, M. P. Desarrollo económico y participación de las mujeres: viejos problemas, nuevos debates. In: PORTES, A. (Comp.). **Teorías del desarrollo nacional**. San José, USA: Educa., 1991.
- FULLER, N. Pobreza o desigualdad de género?: el caso de las familias jefaturadas por mujeres. **Anuario de Hojas de Warmi**, n. 10, p. 43-59, 1999.
- GONZÁLEZ, M. J. Algunas reflexiones en torno a las diferencias de género y la pobreza. In: TORTOSA, M. J. (Ed.). **Pobreza y perspectiva de género**. Barcelona: Icaria, 2001.
- HERNÁNDEZ, I. Desigualdad de género en desarrollo. In: VILLOTA, P. de. (Ed.). **Globalización y género**. Madrid: Síntesis, 1999.
- KABEER, N. **Reversed realities: gender hierarchies in development thought**. New York: Verso, 1994.
- KUCERA, D. **Gender, growth and trade: the miracle economies of the postwar years**. New York: Routledge, 2001.

- LEWIS, W. A. **Some aspects of economic development**. Londres: George Allen & Unwin, 1969.
- LUNA, L. G. La relación de las mujeres y el desarrollo en América Latina: apuntes históricos de dos décadas 1975-1995. **Anuario de Hojas de Warmi**, n. 10, p. 61-78, 1999.
- MACIONIS, J. J.; PLUMMER, K. **Sociología**. Madrid: Prentice Hall, 2000.
- MARUANI, M. et al. **Las nuevas fronteras de la desigualdad**. Barcelona: Icaria, 2000.
- MASSOLO, A. Las mujeres y el hábitat popular: ¿cooperación para la sobrevivencia o para el desarrollo?. **Anuario de Hojas de Warmi**, n. 10, p. 79-89, 1999.
- MEULDERS, D. La flexibilidad en Europa. In: MARUANI, M. et al. (Ed.). **Las nuevas fronteras de la desigualdad**. Barcelona: Icaria, 2000.
- MONTECINOS, V. Feminists and technocrats in the democratization of Latin America: a prolegomenon em **Internacional Journal of Politics, Culture and Society**, v. 15, n.1, p. 175-99, 2001.
- MOSER, C. **Gender planning and development: theory, practice and training**, New York: Routledge, 1993.
- NUSSBAUM, M. **Women and human development :the capabilities approach**. New York: Cambridge University Press, 2001.
- PALMER, I **Cuestiones sociales y de género en la asesoría sobre políticas macroeconómicas: nuevos enfoques económicos: contribuciones al debate sobre género y economía**. San José: T. Van Osch, 1996.
- PARELLA, S. Repensando la participación de las mujeres en el desarrollo desde una perspectiva de género. **UAB/Barcelona Papers**, v. 69. p. 31-57, 2003.
- PEARSON, R. El género cuenta en el desarrollo. In: CARRASCO, C. (Ed.). **Mujeres y economía: nuevas perspectivas para viejos y nuevos problemas**. Barcelona: Icaria Editorial, 2003.
- _____. JACKSON, C. (Comps.). **Feminist visions of development: gender analysis and policy**. Londres: Routledge, 1998.
- PEREIRA, R. Integrando gênero à teoria econômica: breves reflexões. **Caderno Espaço Feminino**, v. 14, n. 17, p. 143-166, ago./dez. 2006.
- PNUD. **Informe sobre desarrollo humano** Madrid: Mundi Prensa, 1995.
- PNUD. **Informe sobre o desarrollo humano**. Nueva York: Ed.PNUD, 1996.
- PORTES, A. Sociología y desarrollo en los años 90: desafíos críticos y tendencias empíricas. In: PORTES , A. (Comp.). **Teorías del desarrollo nacional**. San José, USA: Educa, 1991.
- RIBAS, N. ¿Estrategias transnacionales? una pregunta acerca de las migraciones femeninas en España. **Arxiu de Ciències Socials**, n. 5, p. 69-92, 2001.
- SASSEN,S. Women's burden: counter geographies of globalization and feminization of survival. **Journal of International Affairs**, p. 503-524, primavera 2000.
- SCHMUKLER, B. La perspectiva de género en los proyectos de desarrollo y su diferencia con la perspectiva de mujer e desarrollo. In: CASAS, R. et al. **Las políticas sociales de México en los años noventa**. Plaza y Valdés, México: UNAM/FLACSO; 1998.
- SEN, G; GROWN, C. **Development, crises and alternative visions: third world women's perspectives**. New York: Monthly Review Press, 1987.
- SOLÉ, C. **Modernidad y modernización**. Barcelona: Anthropos, 1998.
- STREETEN, P. Desarrollo humano: el debate sobre el índice. **Revista Internacional de Ciencias Sociales**, n.143, 1995.
- WOOD, C. Modelos opuestos en el estudio de la migración. **Alfoz**, n. 91/92, 1992, p. 35-59, 1992.
- ZABALA, I. Un viaje a través del tiempo: 30 años de pensamiento económico feminista en torno al desarrollo. In: CARRASCO, C. (Ed.). **Mujeres y economía**. Barcelona: Icaria, 1999.

NOTAS

- 1 A economia feminista é um campo das ciências econômicas que compreende o estudo do pensamento econômico a partir da invisibilidade das mulheres no pensamento neoclássico e marxista, bem como a resignificação do trabalho de forma mais

- ampla, considerando o mercado informal, o trabalho doméstico, a divisão sexual do trabalho na família e fundamentalmente agregando a esfera reprodutiva como essencial a existência humana Para maior aprofundamento sobre os pressupostos teóricos e metodológicos da economia feminista ver Pereira (2006).
- 2 Neste artigo o termo mulher refere-se ao discurso oficial do desenvolvimento e refere-se às diferenças biológicas; quando utilizamos o termo mulheres estaremos nos referindo ao discurso crítico feminista; e o termo gênero, surgido a partir da década de 70, não deve ser compreendido apenas como “aquilo que diz respeito às mulheres”, mas como aquilo que diz respeito às relações socialmente construídas entre homens e mulheres. Assim como o conceito de classe, gênero é uma categoria analítica para compreender processos sociais (BENERÍA, 2003, 2005).
 - 3 Adotamos o conceito de modernização desde a perspectiva econômica que se origina nas décadas de 50 e 60 e que baseia-se na concepção funcionalista de modernização para explicar as causas do desenvolvimento. Ressalte-se, que desde a sociologia e a antropologia existem outras noções de modernização, as quais não são levadas em conta neste artigo. Para análise mais profundo sobre os distintos enfoques de modernização ver Solé (1998).
 - 4 Lewis (1969), em seu influente modelo de dois setores, postula que em países em vias de desenvolvimento coexiste um setor capitalista moderno (empresas multinacionais e grandes plantações com mão-de-obra assalariada) junto a um setor tradicional, composto por empresas individuais e familiares, as quais não são regidas pelas regras de funcionamento econômico capitalista. Para Lewis, este dualismo é positivo e constitui uma etapa necessária do processo de desenvolvimento, posto que o setor tradicional cumpre a função de fonte inesgotável de mão de obra para o setor moderno.
 - 5 Segundo os teóricos da modernização, as economias ricas contribuem para aliviar a desigualdade através de 4 formas: ajudas para o controle de demográfico; aumento da capacidade de produção de alimentos (revolução agrícola); introdução de tecnologia industrial e programas de ajuda ao desenvolvimento (MACIONIS; PLUMMER, 2000).
 - 6 Segundo González (2001), a Organização Internacional do Trabalho (OIT), menciona o papel das mulheres na satisfação das necessidades básicas e evidencia a conveniência de melhorar sua capacitação para que contribuam de maneira mais eficaz com o papel tradicional que lhes corresponde.
 - 7 O enfoque MED teve seu palco mais visível no I Conferência Mundial da Mulher (México, 1975) e desde a década dos setenta foi o enfoque mais influente (LUNA, 1999, p. 66).
 - 8 Estes programas sintonizam perfeitamente com os objetivos das políticas de ajuste estrutural, cujas premissas se traduzem na redução da despesa pública a título de utilizar o trabalho gratuito das mulheres como recurso infinitamente elástico para seguir satisfazendo as necessidades familiares, informa Parella (2003).
 - 9 Os teóricos da dependência e dos sistemas mundiais defendem que a solução à opressão da mulher se encontra na esfera do econômico e das relações sociais que são alheias ao lar, isto é, as mulheres somente vão poder participar do desenvolvimento na medida em que se incorporem ao mercado.
 - 10 A dificuldade de tradução do termo mainstreaming tem resultado no seu uso generalizado em inglês. A tradução para o português, “transversalidade de gênero” ou transversalização da perspectiva de gênero, tem sido questionada e discutida, posto que leva implícita a tendência de interpretar o enfoque apenas em sua dimensão institucional, ou seja, o desenvolvimento/comprometimento das institucionais e agências governamentais na tarefa de executar políticas para a igualdade de gênero. Mainstreaming, por sua vez, deriva de mainstream e alude a direção ou corrente principal, ou seja, o que a maioria de uma sociedade pensa ou faz. Entretanto, não se refere necessariamente a uma maioria numérica, mas, sim, ao que se manifesta como pensamento hegemônico em uma sociedade determinada.
 - 11 A mensagem principal da Conferência da China, foi a de que a igualdade de gênero significa a aceitação e a valoração por igual das diferenças entre mulheres e homens e os distintos papéis que exercem na sociedade. A igualdade de gênero deixa de ser percebida como um “assunto de mulheres” para ser considerado como um objetivo que afeta, de maneira transversal, a todos e cada um dos âmbitos do desenvolvimento.
 - 12 O debate entre igualdade e desenvolvimento está muito bem documentado no relatório Desenvolvimento, crises e enfoques alternativos. Perspectivas da mulher no terceiro Mundo, o qual apresentado no Fórum Alternativo da 3ª Conferência Mundial de Nairóbi.
 - 13 Para análise mais aprofundada destes impactos ver Çagatay, Élson e Gown (1996).
 - 14 Para maior aprofundamento sobre as diferenças entre os enfoques do desenvolvimento humano e o dos recursos humanos ver PNUD (1996) e Streeten (1995).

Rosângela Saldanha Pereira

Professora Doutora da Faculdade de Economia, desde 1993. Pesquisadora: NEPRE/UFMT; NUPES/UFMT, SAPS/UAB (*Seminari d'Anàlisi de les Politiques Socials* (http://selene.uab.es/_cs_gr_saps/index.htm); *Departament de Sociologia- Universitat Autònoma de Barcelona*
E-mail : rosal@superig.com.br

Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT

Av. Fernando Corrêa da Costa, nº 2367 - Bairro Boa Esperança.
CEP: 78060-900 - Cuiabá-MT

Francesc Xavier Rambla

Profesor doctor del Departamento de Sociología/ Universitat Autònoma de Barcelona. Cordenador del